

CÓDIGO CVM: 00332-8



Chesf

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.541.368/0001-16

Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária.

Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2012.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2012, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Relações com Investidores” a partir do dia 27/03/2013.

Item II - Destinação do Resultado do Exercício

A Companhia apurou no exercício encerrado em 31/12/2012, um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões, decorrente dos efeitos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, que possibilitou a prorrogação das suas concessões das usinas hidrelétricas e das linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, à alternativa de uma nova licitação pública.

Desta forma, foi efetuada a compensação parcial do prejuízo apurado no exercício com o saldo existente de reservas de lucros em 31/12/2012, no valor de R\$ 3.149,4 milhões, e o saldo não compensado, no valor de R\$ 2.192,8 milhões, mantido na conta de prejuízos acumulados.

Considerando que não houve lucro líquido no exercício não foi proposta a distribuição de dividendos.

Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados

Considerando o resultado apresentado no exercício de 2012, a Companhia provisionou em suas Demonstrações Financeiras o montante de R\$ 106 milhões para este fim.

Item III - Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2013.

São indicados para composição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes: Antonio de Pádua Ferreira Passos (titular), Marcelo Cruz (titular), Pedro Gaudêncio de Castro (titular), Viviane Aparecida da Silva (suplente), Marcos Spagnol (suplente), Pedro Paulo da Cunha (suplente).

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014.

12.6. Informações pessoais dos membros do Conselho Fiscal:

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Nome	Antonio de Pádua Ferreira Passos
Idade	56 anos (08/01/1957)
Profissão	Servidor Público
CPF ou passaporte	121.595.901-00
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Marcelo Cruz
Idade	47 anos (12/10/1965)
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	316.297.171-34
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Pedro Gaudêncio de Castro
Idade	82 anos (12/02/1931)
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	007.838.893-72
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no	Não exerce outro cargo na Companhia

emissor	
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Nome	Viviane Aparecida da Silva
Idade	38 anos (06/02/1975)
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	953.009.376-49
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Marcos Spagnol
Idade	63 anos (27/09/1949)
Profissão	Engenheiro Elétrico
CPF ou passaporte	373.995.517-15
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Pedro Paulo da Cunha
Idade	50 anos (15/03/1963)
Profissão	Contador
CPF ou passaporte	813.693.957-87
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal:

a) Currículo:

Antonio de Pádua Ferreira Passos - Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela UDF. Possui cursos de aperfeiçoamento em Gestão da Dívida Pública – EaD pela ESAF; Economia do Setor Público pela George Washington University; e Finanças Internacionais e Introdução ao Mercado de Derivativos pelo IBMEC. É Coordenador-Geral de Controle da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional no Ministério da Fazenda e Conselheiro Fiscal Efetivo da Chesf eleito na 64ª AGO de 30/04/2012. Atuou como Conselheiro Fiscal em Furnas Centrais Elétricas S/A entre 2008 e 2012; na Transportadora Gasoduto Brasil-Bolívia S/A - TBG entre 2004 e 2008; na ELETROBRÁS entre 1999 e 2004; na BNDESPAR em 1993 e 1994; na FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos em 1992 e 1993; e na Usiminas em 1991. Na Secretaria do Tesouro Nacional, cedido pelo Banco Central, exerceu os cargos de Chefe Divisão de Responsabilidades Financeiras da COREF, Coordenador Adjunto da Coordenação de Assuntos Externos (COREX), Coordenador Geral da Coordenação de Controle da Dívida Pública (CODIV), Representante do Tesouro Nacional na equipe de negociação da dívida externa entre 1992 e 1994, e em diversas emissões de títulos brasileiros no mercado financeiro internacional. Também atuou como Analista do Banco Central do Brasil entre 1976 e 1988.

Marcelo Cruz – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Econômicas pela Faculdades Integradas da Católica de Brasília - DF, com MBA em e-GOV - Solução em Governo Eletrônico com utilização em WEB pela UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais, e nestBoston. É Assessor do Secretário-Executivo no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Substituto desse Ministério, onde também atuou como Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo até maio de 2003. Exerce a função de Membro Titular do Conselho Fiscal da Chesf. Já foi Membro do Conselho Fiscal da Chesf de abril de 2006 a abril de 2008. Foi Diretor Adjunto da Diretoria de Recursos Logísticos e Coordenador-Geral da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças na Casa Civil da Presidência da República; Diretor Geral, Diretor Administrativo, Assessor e Membro do Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Diretor-Geral na Imprensa Nacional; Assessor do Secretário-Executivo, atuando como Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas Internacionais no Ministério da Fazenda; Secretário adjunto, Coordenador-Geral de Programação Técnica e Logística, Coordenador-Geral Técnico-Processual Substituto e Chefe da Divisão de Administração, Orçamento e Finanças da Secretaria do Patrimônio da União; Assessor Pleno, Gerente de Expediente de Agência e Tesoureiro Geral no Banco do Brasil; Membro do Conselho Fiscal da Ceasa/AM; Presidente do Conselho Fiscal do Banespa Cartões; Membro Suplente do Conselho Fiscal do NOCACAP e Membro do Comitê Gestor de governo Eletrônico do Governo Federal.

Pedro Gaudêncio de Castro – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda - PE, com curso de Extensão em Administração pela Faculdade do Ceará. É Membro do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2008. Foi Diretor da Recebedoria de Rendas na Cidade de Floriano - PI; Diretor da Fazendas Reunidas Raymundo de Castro S.A.; Sócio-Gerente da Comercial Construtécnica Ltda; Presidente da Associação Comercial do Sul do Estado do Piauí; e Sócio na MJCASTRO - Administração e Corretora de Seguros Ltda.

Viviane Aparecida da Silva - Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília – UnB, com MBA em Matemática para Economistas e Administradores pela Universidade de Brasília – UnB, e MBA em Gerenciamento da Dívida Pública (Finanças) pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ. É Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. É Conselheira Fiscal da Refinaria Abreu e Lima S.A. desde abril de 2009 e Conselheira Fiscal Suplente da Chesf eleita na 64ª AGO de 30/04/2012. É Chefe-Substituta da Assessoria Econômica da Secretaria do Tesouro Nacional - STN desde abril de 2011; Parecerista da Série de Textos para Discussão do

Ministério da Fazenda desde outubro de 2011; e Parecerista da Série de Textos para Discussão da Secretaria do Tesouro Nacional desde junho de 2011. Foi Gerente de Projeto da GEOFE da STN de setembro de 2008 a abril de 2011; Conselheira Fiscal Suplente da Petroquímica Suape de abril de 2009 a abril de 2010; Conselheira Fiscal Suplente da TERRACAP de abril de 2009 a abril de 2010; Conselheira Fiscal Suplente da FINEP em 2002; e Assessora da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais da STN de fevereiro de 2008 a agosto de 2008.

Marcos Spagnol – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, com curso de Pós-Graduação em Administração para Desenvolvimento de Executivo pela Fundação Getúlio Vargas, e Pós-Graduação em Curso de Operação de Sistemas Hidrotérmicos "Sistema de Apoio a Decisão" pela Universidade de Campinas - Unicamp - SP. É Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2006. É Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEAL e Suplente do Presidente do Conselho de Administração da ELETROS. É Chefe da Assessoria de Gestão aos Bens da União na Eletrobras desde outubro de 2008. Ainda na Eletrobras, exerceu as funções de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras, Assessoria ao Diretor de Projetos Especiais, Gestão da Conta de Combustíveis Térmicos das Regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e Isolados, bem como participou de Estudos de Estabilidade do Sistema Eletrobras e Estudos de Planejamento Energético do Sistema Eletrobras. Também atuou como Representante da Eletrobras no Conselho Fiscal do CEPEL até 2010. Foi Assistente da Diretoria de Projetos Especiais de maio de 2005 a outubro de 2008; Chefe do Departamento de Sistemas Isolados de 2003 a 2005; Chefe do Departamento de Estudos Energéticos de 2000 a 2003; e Chefe da Divisão de Estudos Energéticos de 1998 a 2000.

Pedro Paulo da Cunha – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Pós-Graduação em Especialização para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, MBA em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e atualmente cursa Mestrado em Gestão Empresarial na FGV. Exerce a função de Membro Titular do Conselho Fiscal da Chesf, assim como é Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento da Eletrobras, onde tem como atividades: Coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento do Sistema Eletrobras; é responsável pela negociação do orçamento do Sistema Eletrobras junto ao Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional; é responsável pela projeção e monitoramento do Fluxo de Caixa do Sistema Eletrobras, de médio e longo prazo; e coordenar a implantação do Plano de Negócios e Orçamento Empresarial da Eletrobras e de suas empresas. É Membro do Conselho Fiscal da Ceron desde 2005; Membro do Conselho Fiscal da Celpe desde 2005; e Membro do Conselho de Administração da Eletros desde 2007. Foi Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf de 2005 a 2008; Conselheiro Fiscal da Eletros de 2004 a 2005; Conselheiro Fiscal da Manaus Energia de 2003 a 2005; Membro do Conselho Fiscal da Ceam de 2002 a 2005; e Membro do Conselho Fiscal da CGTEE de 2000 a 2002.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (itens a, b, c e d)

Não aplicável.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (itens a, b e c)

Não aplicável.

Item IV - Eleição de membros do Conselho de Administração

A eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2013.

São indicados para composição do Conselho de Administração: Armando Casado de Araújo, Altino Ventura Filho, Ana Lúcia Amorim de Brito, Virgínia Parente de Barros, João Bosco de Almeida.

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014.

12.6. Informações pessoais dos membros do Conselho de Administração:

Conselho de Administração – Membros Titulares

Nome	Armando Casado de Araujo
Idade	58 anos (05/05/1955)
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou passaporte	671.085.208-34
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Altino Ventura Filho
Idade	70 anos (20/11/1942)
Profissão	Engenheiro Elétrico
CPF ou passaporte	002.089.224-15
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Ana Lúcia Amorim de Brito
Idade	49 anos (17/07/1963)
Profissão	Graduada em Letras
CPF ou passaporte	060.754.618-25
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Edvaldo Gomes de Souza
Idade	64 anos (17/05/1948)
Profissão	Engenheiro Mecânico
CPF ou passaporte	069.456.864-34
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Engenheiro
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

Nome	Virgínia Parente de Barros
Idade	52 anos (11/05/1960)
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	289.703.221-91
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013

Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	João Bosco de Almeida
Idade	62 anos (28/09/1950)
Profissão	Engenheiro Eletricista
CPF ou passaporte	059.132.414-87
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2013
Data da posse	29 de Abril de 2013
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor-Presidente
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração:

a) Currículo:

Armando Casado de Araujo - Membro do Conselho de Administração

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais de Brasília, possui diversos cursos de Especialização na área Financeira e tem mais de 30 anos de experiência no setor elétrico nacional. Trabalha na Eletrobras desde junho de 2008 onde atualmente é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e já exerceu a função de Assistente e Substituto do Diretor Financeiro. Também atua como presidente do Conselho de Administração da Chesf. Foi representante da Eletrobras Eletronorte atuando como Presidente da Companhia Integração Transmissão de Energia S.A. entre 2006 e 2007. Foi funcionário da subsidiária Eletrobras Eletronorte, em 1977, onde exerceu as funções de Superintendente de Orçamento, Superintendente Financeiro e Assistente do Diretor Financeiro.

Altino Ventura Filho - Membro do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com Pós-Graduação em Energia Nuclear pela Universidade de São Paulo - USP; Especialização em Administração pela UFPE; Especialização em Hidreletricidade pela "NEWJEC - The New Japan Engineering Consultants" - Osaka - Japão; Pós-Graduação em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; e Especialização em Planejamento Energético pelo "Institut National des Sciences et Techniques de Saclay" - Paris - França. É Membro do Conselho de Administração da Chesf desde abril de 2008; e no Ministério de Minas e Energia é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético desde março de 2008. É Consultor do Projeto "ESTAL-Energy Sector Technical e Loan" do Banco Mundial e do CEPEL. Atuou como Membro do Conselho de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Na



Eletrobrás atuou como Presidente em 2002, Membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia e Secretário Executivo do Comitê Nacional de Planejamento, Coordenador Técnico Internacional do Subcomitê de Planejamento de Sistemas Elétricos da CIER, Chefe do Departamento de Estudos Energéticos, com atribuições de desenvolver e coordenar os estudos de planejamento da geração de energia elétrica em todo país, Chefe do Departamento de Geração e Chefe da Divisão de Planejamento da Geração. Na Itaipu Binacional atuou como Membro do Conselho de Administração, Diretor Técnico Executivo, responsável pelas áreas de operação, manutenção, engenharia e obra, acumulando a Presidência da Empresa, em 1998. Foi Membro dos Conselhos de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, da Companhia Energética do Piauí - Cepisa e da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro- CERJ.

Ana Lúcia Amorim de Brito – Membro do Conselho de Administração

Graduada em Letras, Pós-graduada em Gestão Empresarial Competitiva pela Universidade de São Paulo – USP, em Gestão Estratégica da Informação pela Universidade do Distrito Federal – UDF, em Marketing pela Universidade Estadual de Maringá, e em Consultoria de Processos pela Fundação Dom Cabral. Possui 15 anos de experiência em gestão estratégica, tendo atuado como alta executiva da Caixa Econômica Federal nas áreas de desenvolvimento empresarial, modernização de processo, modelagem organizacional, gestão de pessoas, gestão por competências, gestão de rede de filiais e gestão de projetos. Ainda na Caixa Econômica Federal, atuou na implantação e gestão de programas sociais do Governo, tais como Cadastro Único do Governo Federal, Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, dentre outros. Em 2012, atuou como consultora da presidência da Dataprev na estruturação e acompanhamento de projetos voltados para a gestão da informação, especialmente os relacionados aos Cadastros Sociais do Governo Federal, como SIRC e CNIS. É membro do Conselho de Administração da Chesf desde 03/12/2012.

Edvaldo Gomes de Souza - Membro do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Possui cursos de extensão nas áreas de Matemática e Administração Financeira, Custo Industrial, Metodologia, Planejamento e Controle de Produção, Produtividade e Gerência Industrial, Administração Geral e Orçamento Empresarial e Controle. Trabalha na Chesf, na área de licitações, e membro do Conselho de Administração da Chesf como representante dos empregados desde 30/04/2012. Exerceu atividades no Núcleo de Assistência Industrial (NAI); na Siderúrgica Açonorte S/A, onde foi Assessor de Expansão; e na Hidromecânica de Vettori S/A, onde foi Assistente Financeiro. Foi membro da Executiva da Federação Nacional dos Urbanitários em vários mandatos. Em 2010, foi eleito presidente da Federação Regional dos Urbanitários (FRUNE) e Diretor de Imprensa do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco. Em 2006 e 2009, foi eleito Secretário de Relações Internacionais da FNU e tornou-se membro da Executiva Mundial da Internacional dos Serviços Públicos (ISP). Em 2007, participou do Fórum Social Mundial realizado no Quênia, somando-se aos diversos congressos de trabalhadores e encontros internacionais (Estados Unidos, Cuba, Itália, Portugal, Rússia, Áustria, Argentina, Suíça, Guatemala, Paraguai, Chile, Colômbia) que já participou, debatendo e apresentando textos sobre matriz energética e integração energética. Foi Vereador de Recife de 2003 a 2004. Foi integrante da Direção Nacional da CUT, onde foi homenageado, em 1993, por sua atuação em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Virgínia Parente de Barros - Membro do Conselho de Administração

Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Doutora em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Pós-Doutora em Energia com foco em regulação pela Universidade de São Paulo - USP. É presidente do Comitê Estratégico de Energia da Câmara de Comércio Brasil-EUA (AMCHAM) e membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), que reúne várias universidades e centros de pesquisa em energia. É membro do Conselho de Administração da Chesf desde 19/06/2012. Experiência de mais de 12 anos

como executiva no setor financeiro, atuando em bancos de investimento nacionais e internacionais, como Chemical Bank (atual JP Morgan Chase), BankBoston e Banco Votorantim, entre outros. Nos últimos anos, como professora concursada da USP, vem atuando em ensino, pesquisa e extensão, incluindo atividades de consultoria nas áreas de Finanças, Economia, Administração Pública e Regulação aplicadas a questões de energia, meio ambiente e política e segurança energéticas. Não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas além da Eletrobras.

João Bosco de Almeida - Membro do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com especialização em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. É Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração da Chesf desde dezembro de 2011. Atuou como Presidente do Conselho de Administração da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA em 2011; Diretor Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA de 2007 a 2010; Diretor Administrativo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF de 2003 a 2006; Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco; Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE; Presidente do Conselho de Administração da Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS; Presidente do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU; Secretário de Estado de Recursos Hídricos e Energéticos – SRHE do Estado de Pernambuco; Presidente do Conselho Metropolitano de Transportes Urbanos e Presidente do Conselho de Administração da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA de 1994 a 1998; Diretor de Distribuição e Diretor Financeiro da Concessionária Estadual de Energia Elétrica SAELPA de 1991 a 1994.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (itens a, b, c e d)

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até o segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si, e com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor



Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possuem relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em sociedade controlada direta ou indiretamente.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Nome do Administrador	Armando Casado de Araujo
Cargo/Função do Administrador	Presidente do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.001.180/0001-26
Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto

Nome do Administrador	Altino Ventura Filho
Cargo/Função do Administrador	Membro do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	União Federal
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.394.460/0001-41
Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Virgínia Parente de Barros
Cargo/Função do Administrador	Membro do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.001.180/0001-26
Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto

Nome do Administrador	Ana Lúcia Amorim de Brito
Cargo/Função do Administrador	Membro do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	União Federal
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.394.460/0001-41



Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possuem relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Item V - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos proposta de remuneração anual global para os membros do Conselho Fiscal e administradores da Companhia no valor de R\$ 4.556.426,03, e as informações do item 13 do Formulário de Referência, objeto do Anexo I.

Recife, 26 de março de 2013

A Administração

ANEXO I

Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários mensais; (ii) 13º salário; (iii) gratificação de férias; (iv) abono pecuniário de férias; (v) auxílio alimentação; (vi) auxílio moradia; (vii) ajuda de custo de transferência; (viii) cobertura parcial de despesas médicas; (ix) seguro de vida em grupo; (x) seguro ou auxílio funeral; (xi) fundo de pensão; e (xii) Participação nos Lucros ou Resultados, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção padrão.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração é fixo e anual, encaminhado pela Controladora, a Eletrobras, sob a forma de sugestão de voto para deliberação da AGO.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A forma de remuneração é definida considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

- c. **principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não praticado.

- d. **como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não praticado.

- e. **como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

- f. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não praticado.

- g. **existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não praticado.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

Órgão	2013*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	290.150,64	2.887.175,77	145.075,32	3.322.401,73
• Benefícios diretos e indiretos	-	646.110,00	-	646.110,00
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	361.001,41	-	361.001,41
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	290.150,64	3.894.287,18	145.075,32	4.329.513,14

* Os valores de 2013 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO, sendo que os valores de janeiro a março de 2013 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2012, para o período de abril de 2012 a março de 2013, e os valores de abril a dezembro de 2013, baseados na proposta submetida a AGO/2013.

Órgão	2012			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,67	5,00	3,08	13,75
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	247.346,68	2.569.432,12	136.721,36	2.953.500,16
• Benefícios diretos e indiretos	-	456.275,98	-	456.275,98
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	257.369,01	-	257.369,01
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	247.346,68	3.283.077,11	136.721,36	3.667.145,15

Órgão	2011			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,75	5,08	3,17	13,00
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	193.134,34	2.583.800,33	132.773,28	2.909.707,95
• Benefícios diretos e indiretos	-	327.196,01	-	327.196,01
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	323.676,56	-	323.676,56
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	193.134,34	3.234.672,90	132.773,28	3.560.580,52

Órgão	2010			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	233.047,51	2.206.815,66	117.856,22	2.557.719,39
• Benefícios diretos e indiretos	-	348.583,28	-	348.583,28
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	281.906,06	-	281.906,06
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	233.047,51	2.837.305,00	117.856,22	3.188.208,73

13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

Órgão	2013*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	361.001,41-	-	361.001,41
Total da remuneração	-	361.001,41	-	361.001,41

* Os valores de 2013 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Órgão	2012			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,67	5,00	3,08	13,75
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	257.369,01	-	257.369,01
Total da remuneração	-	257.369,01	-	257.369,01

Órgão	2011			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3,17	4,75	5,08	13,00
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	323.676,56	-	323.676,56
Total da remuneração	-	323.676,56	-	323.676,56

Órgão	2010			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	281.906,06	-	281.906,06
Total da remuneração	-	281.906,06	-	281.906,06

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pela participação nos lucros ou resultados, uma vez que a Companhia não distribui bônus. A Companhia esclarece que não há um valor mínimo ou máximo pré-determinado para pagamento de participação nos lucros ou resultados aos membros da diretoria estatutária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	6	0

13.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev

		Diretoria		
		Fachesf	Faceal	Brasilprev
2012	Nº de Membros *	2	1	2
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	2
	Condições de se aposentar antecipadamente.	2	0	2
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.978.582,97	R\$ 138.382,27	R\$ 331.036,10
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 168.220,67	R\$ 56.713,32	R\$ 120.160,76
	Possibilidade de resgate antecipado e condições			
2011	Nº de Membros *	2	1	3
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	3
	Condições de se aposentar antecipadamente.	2	0	3
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.303.848,20	R\$ 81.668,95	R\$ 210.875,34
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 134.622,67	R\$ 54.474,03	R\$ 112.985,94
	Possibilidade de resgate antecipado e condições			
2010	Nº de Membros *	2	1	3
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	0
	Condições de se aposentar antecipadamente.	0	0	3

Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.193.565,86	R\$ 27.194,92	R\$ 97.889,40
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 130.738,08	R\$ 25.148,59	R\$ 97.889,40
Possibilidade de resgate antecipado e condições	0	0	3

* Um dos membros da diretoria da Companhia é requisitado da Eletrobras Distribuição Alagoas, portanto o mesmo possui 2 planos de previdência privada, um junto a Faceal correspondente a sua remuneração na empresa de origem e outro com a Brasilprev correspondente a sua remuneração complementar da Companhia.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para resgate antecipado. Os 2 Diretores com plano de previdência complementar da Fachesf possuem a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas como participantes e 90% da parte paga pela Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Período		Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2012	Número de Membros	5,00	5,67	3,08
	valor da maior remuneração individual	R\$ 813.288,99	R\$ 44.865,53	R\$ 44.865,53
	valor da menor remuneração individual	R\$ 523.823,46	R\$ 3.513,35	R\$ 3.290,70
	valor médio de remuneração individual	R\$ 656.615,42	R\$ 43.623,75	R\$ 44.390,05
2011	Número de Membros	5,08	4,75	3,17
	valor da maior remuneração individual	R\$ 754.370,00	R\$ 42.193,98	R\$ 42.193,98
	valor da menor remuneração individual	R\$ 509.044,48	R\$ 42.193,98	R\$ 42.193,98
	valor médio de remuneração individual	R\$ 636.746,63	R\$ 40.659,86	R\$ 41.884,32
2010	Número de Membros	5,00	6,00	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 659.233,54	R\$ 39.801,48	R\$ 39.801,48
	valor da menor remuneração individual	R\$ 471.660,07	R\$ 39.801,48	R\$ 39.801,48
	valor médio de remuneração individual	R\$ 567.461,00	R\$ 38.841,25	R\$ 39.285,41

Obs. 1: Nos exercícios de 2011, 2011 e 2012, para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, o valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.

Obs. 2: Quadros de composição dos órgãos

Diretoria – 2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60

Nº de membros: $60/12 = 5$

Conselho de Adm.-2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	68

Nº de membros: $68/12 = 5,67$

Conselho Fiscal -2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	4
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	37

Nº de membros: $37/12 = 3,08$

Diretoria – 2011

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	6
Total	61

Nº de membros: $61/12 = 5,08$

Conselho de Adm.-2011

Mês	Nº Membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	5
Maio	5
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	5
Total	57

Nº de membros: $57/12 = 4,75$

Conselho Fiscal -2011

Mês	Nº Membros
Janeiro	4
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	4
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	38

Nº de membros: $38/12 = 3,17$

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores



Na remuneração total devida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia, seus recursos de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender às atuais exigências, como também as necessidades de recursos de suas atividades.

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, empréstimos e debêntures (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 estão a seguir sumarizados:

	Em mil					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Financiamentos, empréstimos e debêntures	469.104	791.848	693.226	3.876.212	2.800.025	1.901.527
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	94.745	268.638	299.397	427.647	564.024	497.993
Dívida líquida	374.359	523.210	393.829	3.448.565	2.236.001	1.403.534
(+) Total do patrimônio líquido	11.671.459	16.818.638	17.216.161	11.671.459	16.818.638	17.216.161
Total do capital	12.045.818	17.341.848	17.609.990	15.120.024	19.054.639	18.619.695
Índice de alavancagem financeira	3,1%	3,0%	2,2%	22,8%	11,7%	7,5%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta bom nível de alavancagem. O índice de endividamento consolidado (razão entre dívida líquida e capital total) atingiu 22,8% em 31/12/2012.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio.

Em 31 de dezembro de 2012 sua dívida bruta consolidada totalizou R\$ 3.876,2 milhões, 38,4% maior que os R\$ 2.800,0 milhões em 2011, dos quais 25,2% (R\$ 976,7 milhões) eram de curto prazo e 74,8% (R\$ 2.899,5 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é e em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2012 o saldo de R\$ 3.448,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011 sua dívida bruta consolidada totalizou R\$ 2.800,0 milhões, 47,3% maior que os R\$ 1.901,5 milhões em 2010, dos quais 31,6% (R\$ 884,3 milhões) eram de curto prazo e 68,4% (R\$ 1.915,7 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é e em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2011 o saldo de R\$ 2.236,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010 a dívida bruta consolidada totalizava R\$ 1.901,5 milhões, 48,8% maior que os R\$ 1.278,0 milhões ao final de 2009, dos quais 14,7% (R\$ 278,8 milhões) eram de curto prazo e 85,3% (R\$ 1.622,7 milhões) de longo prazo. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2010 o saldo de R\$ 1.403,5 milhões.

	(R\$ milhões)				
	2012	2011	2010	Δ% 2012	Δ% 2011
Dívida Consolidada					
Curto prazo	976,7	884,3	278,8	10,4	217,2
Longo prazo	2.899,5	1.915,7	1.622,7	51,4	18,1
Dívida Bruta Total	3.876,2	2.800,0	1.901,5	38,4	47,3
(-) Caixa e equivalentes de caixa	427,6	564,0	498,0	-24,2	13,3
Dívida Líquida	3.448,6	2.236,0	1.403,5	54,2	59,3

i.) Hipóteses de Resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.

ii.) Fórmula de Cálculo do valor de resgate

Vide item acima.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2012, a geração de caixa operacional consolidada, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, contrato oneroso - Jirau e os efeitos da MP nº 579/2012, foi de R\$ 3.357,5 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 197,9 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 3.876,2 milhões. O nível de cobertura da despesa financeira pelo EBITDA foi de 17,0 vezes e o da dívida bruta de 0,9 vezes.

Em 2011, a geração de caixa operacional consolidada somou R\$ 2.686,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 298,4 milhões e a dívida bruta total



estava em R\$ 2.800,0 milhões. Dessa forma, o nível de cobertura da despesa financeira foi de 9,0 vezes, e o nível de cobertura da dívida foi de 1 vez.

Em 2010, a geração de caixa operacional consolidada, somou R\$ 3.247,6 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 140,1 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 1.901,5 milhões. Dessa forma, o nível de cobertura da despesa financeira foi de 23,2 vezes, e o nível de cobertura da dívida foi de 1,7 vez.

Mantidas as atuais condições econômicas, a expectativa de geração de caixa operacional, bem como, os recursos decorrentes da parcela indenizada por ocasião da renovação das concessões, será suficiente para honrar os compromissos financeiros assumidos.

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2013 serão compostas por: recursos existentes decorrentes das indenizações; geração de caixa nas suas operações; e por financiamentos contratados e a contratar.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando a situação econômico-financeira decorrente da prorrogação das concessões, os recursos decorrentes das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de geração de caixa operacional da Companhia, será suficiente para cumprir suas obrigações de capital de giro e passivo circulante e não espera-se deficiência de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

Endividamento Total						
	Em mil					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	321.729	370.788	268.592	557.832	562.558	359.158
Tributos e contribuições sociais	115.895	220.996	301.749	185.296	231.765	310.962
Financiamentos e Empréstimos	71.017	329.699	46.712	976.650	778.842	278.828
Debêntures	-	-	-	-	105.492	-
Remuneração aos acionistas	41	299.328	431.282	41	299.328	431.282
Obrigações estimadas	134.787	126.443	121.454	136.942	127.019	121.604
Benefícios pós-emprego	2.523	109.063	38.809	2.523	109.063	38.809
Outras provisões operacionais	106.461	102.451	91.241	106.461	102.451	91.372
Encargos Setoriais	201.408	162.554	136.137	203.584	164.385	137.697



Outros	67.789	77.317	92.113	79.156	83.292	102.258
	1.021.650	1.798.639	1.528.089	2.248.485	2.564.195	1.871.970
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Tributos e contribuições sociais	67.797	81.113	54.959	134.070	110.016	75.148
Financiamentos e Empréstimos	398.087	462.149	646.514	2.887.198	1.915.691	1.622.699
Benefícios pós-emprego	705.788	272.497	323.882	705.788	272.497	323.882
Encargos Setoriais	151.718	167.190	165.699	151.718	167.190	165.699
Provisões para contingências	1.388.685	923.549	748.165	1.389.660	924.508	749.124
Provisão para contrato oneroso	2.303.556	-	-	2.303.556	-	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	-	-	-	45.509	41.641	17.808
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.293.000	-	-	1.293.000	-
Debêntures	-	-	-	12.364	-	-
Outros	5.515	5.382	5.220	14.128	11.308	11.954
	5.021.146	3.204.880	1.944.439	7.643.991	4.735.851	2.966.314
CAPITAL DE TERCEIROS	6.042.796	5.003.519	3.472.528	9.892.476	7.300.046	4.838.284

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	Controladora						Em mil
	31/12/2012					31/12/2011	31/12/2010
	Circulante		Total	Não Circulante		Total	Total
	Principal	Encargos		Principal	Total		
Eletrobras	24.766	744	25.510	103.163	128.673	143.020	153.941
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	257.527	257.133
Banco do Nordeste	45.473	34	45.507	294.924	340.431	391.301	282.152
Total	70.239	778	71.017	398.087	469.104	791.848	693.226

Do total dos financiamentos e empréstimos obtidos da nossa Controladora, para o montante de R\$ 114.168 a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos. E para o montante de R\$ 14.502 a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações a cobertura financeira dos custos diretos das obras do sistema de transmissão da Companhia.

Os financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva, a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização.

Não existe grau de subordinação entre as dívidas mantidas pela Companhia, nem possui restrições ou impedimentos nos contratos de financiamentos, especialmente, em relação a



limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos por meio de suas controladas em conjunto com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	Em mil					
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2010	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	468.608	99,89%	791.312	99,93%	692.651	99,92%
IPCA	496	0,11%	536	0,07%	575	0,08%
Total	469.104	100,00%	791.848	100,00%	693.226	100,00%
Principal	468.326	99,83%	781.980	98,75%	686.013	98,96%
Encargos	778	0,17%	9.868	1,25%	7.213	1,04%
Total	469.104	100,00%	791.848	100,00%	693.226	100,00%

A maior parte dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não é indexada, tendo apenas, remunerações médias, as quais descrevemos abaixo:

- Saldo de R\$ 128.178 (R\$ 142.484, em 31/12/2011) contratado com a Eletrobras, proveniente de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 113.676 (88,69%) estão contratados com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., e R\$ 14.502 (11,317%), com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei;

- Saldo de R\$ 324.165 (R\$ 373.207, em 31/12/2011) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., e bônus de 2,5% por pontualidade;

- Saldo de R\$ 16.266 (R\$ 18.094, em 31/12/2011) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 4,5% a.a.;

A Chesf possui contrato com a Eletrobras indexado pelo IPCA, com saldo de R\$ 496 em 31/12/2012 (R\$ 536, em 31/12/2011), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 5,8% (6,5% no mesmo período do ano anterior).

c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 398.087 mil (R\$ 462.149 mil, em 2011, e R\$ 346.125 mil, em 2010), tem seus vencimentos assim programados:

	Em mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
2013	-	67.485	50.976
2014	68.335	67.485	50.976
2015	68.248	67.398	50.888
2016	68.137	67.288	50.778
2017	65.723	65.171	50.222
Após 2017	127.644	127.322	92.285
Total	398.087	462.149	346.125



d) Composição consolidada dos saldos de financiamentos e empréstimos:

	Em mil				
	31/12/2012			31/12/2011	31/12/2010
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Chesf	71.017	398.087	469.104	791.848	693.226
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	8.461	98.845	107.306	112.912	118.961
Integração Transmissora de Energia S.A.	6.011	26.594	32.605	36.715	39.764
ESBR Participações S.A.	6.314	1.802.695	1.809.009	1.314.042	826.716
Manaus Transmissora de Energia S.A.	17.536	150.362	167.898	98.880	114.231
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	86.516	410.615	497.131	106.143	88.937
Norte Energia S.A.	619.820	-	619.820	168.044	19.692
TDG–Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	73.003	-	73.003	33.571	-
São Pedro do Lago S.A.	29.769	-	29.769	10.576	-
Sete Gameleiras S.A.	28.084	-	28.084	11.575	-
Pedra Branca S.A.	30.119	-	30.119	10.227	-
Total	976.650	2.887.198	3.863.848	2.694.533	1.901.527

Destacam-se entre os financiamentos e empréstimos, componentes das demonstrações consolidadas, os obtidos pela empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., subsidiária da controlada em conjunto ESBR Participações S.A., no valor total de R\$ 9.045.045 mil, cuja participação da Companhia de 20% corresponde a R\$ 1.809.009 mil. Tais financiamentos e empréstimos possuem o seguinte detalhamento:

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	Em mil		
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
BNDES	R\$	TJLP+2,08%	jan/2033	4.522.916	3.292.203	2.080.453
Banco do Brasil	R\$	TJLP+2,65%	jan/2033	1.265.655	923.625	581.899
Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP+2,65%	jan/2033	1.265.461	923.625	581.899
Bradesco BBI	R\$	TJLP+2,65%	jan/2033	911.881	665.014	418.968
Itaú BBA	R\$	TJLP+2,65%	jan/2033	855.053	623.441	392.782
Banco do Nordeste	R\$	TJLP+2,65%	jan/2033	224.079	175.491	110.562
				9.045.045	6.603.399	4.166.563
Custo de Operação				-	(33.189)	(32.981)
				9.045.045	6.570.210	4.133.582

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Vide item 10.2.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Ao longo dos seus 65 anos, a Chesf mantém uma trajetória de consistente evolução, marcada tanto pelo seu forte desempenho operacional como pelo seu resultado econômico-financeiro.

A Companhia gera suas receitas a partir das atividades de Geração e de Transmissão de energia elétrica. Nos últimos 3 exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

No Ano de 2012, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões, comparado ao lucro líquido de R\$ 1.554,1 milhões de 2011. Em contraste com esse prejuízo, a Companhia obteve a maior receita operacional bruta de sua história no montante de R\$ 7.672,1 milhões de reais, representando um crescimento de 18% em relação ao ano de 2011, enquanto que os encargos regulatórios e tributos cresceram em 10,2% e os custos e despesas operacionais em 14,7%. Considerando apenas esses números, é possível observar que esse resultado negativo não ocorreu devido a um desempenho operacional insatisfatório.

O fator decisivo para a ocorrência desse resultado ocorreu a partir da edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, que estabeleceu as regras para a renovação antecipada das concessões do setor elétrico vincendas em 2015 e 2017, com o objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica a partir de janeiro de 2013.

Uma das regras estabeleceu que os ativos ainda não amortizados, seriam indenizados a preço de reposição. A utilização desse critério de indenização resultou na baixa de uma parcela significativa dos ativos como perda para o resultado. O efeito negativo no resultado da Companhia decorrente dessa Medida Provisória foi de R\$ 8.245,2 milhões. Sem esse efeito, o resultado operacional da Companhia antes dos impostos, corresponderia à R\$ 1.829,9 milhões.

No ano de 2011, obteve um lucro líquido consolidado de R\$ 1.554,1 milhões, o segundo melhor resultado da sua história, apesar de representar uma redução de 28,6%, quando comparado aos R\$ 2.177,2 milhões de 2010. Esta redução ocorreu, principalmente, pelo aumento de 92,9 % da provisão para contingências em 2011; e pelo resultado financeiro negativo de R\$ 33,5 milhões em 2011, contra um resultado financeiro positivo de R\$ 229,8 milhões em 2010.

No ano de 2010, registrou o expressivo lucro líquido consolidado de R\$ 2.177,2 milhões, melhor resultado da história da Companhia, registrando um aumento de 140,3%, quando comparado aos R\$ 905,9 milhões de 2009. Este crescimento é explicado pelo aumento da receita operacional líquida de 17,6% e diminuição dos custos e despesas operacionais de 8,6%, bem como, pelo resultado financeiro positivo de R\$ 229,8 milhões em 2010, contra um resultado financeiro negativo de R\$ 231,2 milhões em 2009, causando um efeito positivo de R\$ 461 milhões. A principal mudança no resultado financeiro que gerou esse efeito decorreu da redução dos encargos da dívida, motivada pela conversão em Adiantamento para Futuro



Aumento de Capital – AFAC, de parte dos financiamentos e empréstimos concedidos pela Eletrobras.

	(R\$ milhões)		
Receitas (despesas) financeiras	2012	2011	2010
Renda de aplicações financeiras	125,9	144,9	80,5
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	65,6	87,0	154,3
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(56,9)	(69,8)	(74,2)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(7,0)	(12,3)	(0,5)
Juros sobre dividendos	(70,1)	(179,1)	(16,2)
Receita da ação cofins	0,0	0,0	165,1
Atualização de valores a receber	203,2	0,0	0,0
Outras receitas (despesas) financeiras	(85,3)	(4,2)	(79,2)
(=) Resultado financeiro líquido	175,4	(33,5)	229,8

A **receita operacional bruta** da Chesf, em 2012, no montante de R\$ 7.672,1 milhões, apresentou um aumento de 18 % em relação aos R\$ 6.500,4 milhões de 2011. Tal resultado foi decorrente das seguintes variações: receitas de fornecimento/suprimento de energia elétrica (+6,7%); receita de transmissão (+31,4%); receita de construção (+3,8%); na comercialização de energia no mercado de curto prazo registrou-se um aumento de 629,7 milhões. No período 2008 a 2012 a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +8%.

Os **tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 1.011,7 milhões no ano de 2012 (+10,8% em relação a 2011). Deste total, R\$ 619,2 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (+11,7% em relação a 2011) e R\$ 392,5 milhões a encargos regulatórios (+8% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período 2008 a 2012 foi de +5,6%.

A **receita operacional líquida**, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou aumento de 19,3 % (+ R\$ 1.078 milhões) em relação ao ano de 2011, atingindo R\$ 6.660 milhões em 2012. De 2008 a 2012, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +8,4%.

Os **custos e despesas operacionais** somaram R\$ 5.020,4 milhões em 2012, +33,7% em relação ao ano anterior. Este aumento reflete, principalmente, as seguintes variações: +8,2% na rubrica pessoal; +20,0 % nos custos de construção; +7,8% em encargos de uso da rede elétrica; +7,4% na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e +31,7% em provisões para contingências. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +16,6%, no período 2008 a 2012. Tais custos e despesas operacionais, considerando os efeitos da Medida Provisória antes citada, totalizariam R\$ 13.265,7 milhões.

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o **resultado do serviço (EBIT)**, no valor de R\$ 1.640,0 milhões, apresentou um aumento de 10,2% em relação ao montante de R\$ 1.825,9 milhões obtido em 2011. Com este resultado, a margem do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de 32,7% em 2011, para 24,6% em 2012, uma redução de 8,1 pontos percentuais.

Considerando os reflexos da Medida Provisória nº 579/2012, o resultado do serviço e a margem operacional seriam negativos em R\$ 6.605,3 e 99,2%, respectivamente.



No ano, os **investimentos em ativos fixos** para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 1.388,9 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 352,1 milhões em geração de energia; R\$ 826,5 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 105,4 milhões no reassentamento da UHE Itaparica; e R\$ 104,9 milhões em infraestrutura. No período 2008 a 2012, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 24,3%.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, contrato oneroso - Jirau e os efeitos da MP nº 579/2012, foi de R\$ 3.357,5 milhões, representando um aumento de 25,0% em relação aos R\$ 2.686,4 milhões registrados em 2011. A margem EBITDA (EBTIDA/Receita operacional líquida) é de 50,4%, ante a 48,1% obtida em 2011, representando um aumento de 2,3 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** pela Companhia em 2012, conforme o balanço consolidado foi negativo em R\$ 4.023,1 milhões, contra R\$ 4.057,6 milhões positivos gerados em 2011. Este montante apresentado, apesar de negativo, pôde agregar valor a alguns segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (18,3%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (9,0%); juros aos financiadores (5,5%); e compensação de prejuízos pelos acionistas (-132,8%).

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica. A participação nesses novos investimentos representou aportes de capital nos montantes de R\$ 288,4 milhões, R\$ 596,6 milhões e R\$ 817,4 milhões, em 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	49,00%	27/10/2003
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	20/12/2005
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	03/04/2007
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	22/04/2008
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008
Manaus Construtora Ltda	19,50%	30/01/2009
ESBR Participações S.A.	20,00%	10/02/2009
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	12/01/2010
Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010
Pedra Branca S.A.	49,00%	07/10/2010
São Pedro do Lago S.A.	49,00%	07/10/2010
Sete Gameleiras S.A.	49,00%	07/10/2010
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	07/07/2011
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011



Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	49,00%	14/03/2012
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	49,00%	15/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,00%	12/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,00%	13/03/2012

O saldo contábil dos investimentos em SPE ao término dos três últimos exercícios foram os seguintes:

	Em mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Participações societárias			
Coligada			
Energética Águas da Pedra S.A.	86.707	75.638	61.286
Controladas em conjunto			
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	188.861	195.267	193.244
Integração Transmissora de Energia S.A.	35.646	31.692	28.530
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	274.366	179.878	61.574
ESBR Participações S.A.	939.825	554.408	412.001
Manaus Transmissora de Energia S.A.	187.758	122.268	(18.187)
Manaus Construtora Ltda	15.410	6.392	5.949
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	45.183	15.235	13.018
Norte Energia S.A.	409.824	217.672	26.669
Pedra Branca S.A.	13.504	1.737	158
São Pedro do Lago S.A.	14.098	1.803	157
Sete Gameleiras S.A.	19.810	1.850	158
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	14.956	980	-
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	106	-	-
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	111	-	-
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	114	-	-
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	67	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	53	-	-
	2.246.399	1.404.820	784.557

- **STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

49% no capital social da SPE STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., constituída em 27 de outubro de 2003, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Teresina II(PI)/Sobral III(CE)/Fortaleza II(CE), em operação desde janeiro de 2006, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos.

- **Integração Transmissora de Energia S.A.**

12% no capital social da SPE Integração Transmissora de Energia S.A., constituída em 20 de dezembro de 2005, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Colinas/Serra da Mesa II, 3º circuito, em operação desde maio de 2008, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos.

- **Energética Águas da Pedra S.A.**

24,5% no capital social da SPE Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 3 de abril de 2007, tendo como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos, no Rio Aripuanã, situada em Mato Grosso, com potência de 261 MW, em operação desde agosto de 2011, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos.

- **ESBR Participações S.A.**

20% no capital social da SPE ESBR Participações S.A., constituída em 12 de fevereiro de 2009, que passou a deter, a partir de maio/2009, a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável



do Brasil S.A., tendo como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, em Porto Velho/ Rondônia, com 3.750 MW e prazo de concessão de 35(trinta e cinco) anos, tendo a parcela de energia desta ampliação sido vendida no Leilão Aneel nº 02/2011. O início de operação da sua primeira unidade está previsto para abril de 2013.

- **Norte Energia S.A.**

15% no capital social da SPE Norte Energia S. A., constituída em 21 de julho de 2010, tendo como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, de 11.233,1MW, no Rio Xingu, no Estado do Pará e prazo de concessão de 35(trinta e cinco) anos.

Esta hidrelétrica é composta de duas casas de força: a principal, denominada Belo Monte, com 18 unidades geradoras de potência unitária de 611,1 MW, com turbinas Francis; e a segunda, denominada Pimental, com 6 unidades geradoras de potência unitária de 38,85 MW, com turbinas Bulbo. As entradas em operação da primeira unidade geradora de Pimental e Belo Monte, estão previstas para fevereiro de 2015 e março de 2016, respectivamente.

- **Pedra Branca S.A.**

49% do capital social da SPE Pedra Branca S.A., constituída em outubro de 2010, tendo como objeto social a implantação do Parque Eólico Pedra Branca, de 30 MW, situado no município de Sento Sé, na Bahia, detentora de Autorização outorgada com previsão contratual de entrada em operação em janeiro de 2013 e prazo de duração de 20 (vinte) anos.

- **São Pedro do Lago S.A.**

49% do capital social da SPE São Pedro do lago S.A, constituída em outubro de 2010, tendo como objeto social a implantação do Parque Eólico São Pedro do Lago, de 30 MW, situado no município de Sento Sé, na Bahia, detentora de Autorização outorgada com previsão contratual de entrada em operação em janeiro de 2013 e prazo de duração de 20 (vinte) anos.

- **Sete Gameleiras S.A.**

49% do capital social da e SPE Sete Gameleiras S.A, constituída em outubro de 2010, tendo como objeto social a implantação do Parque Eólico Sete Gameleiras, de 30 MW, situado no município de Sento Sé, na Bahia, detentora de Autorização outorgada com previsão contratual de entrada em operação em janeiro de 2013 e prazo de duração de 20 (vinte) anos.

- **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

19,5% no capital social da SPE Manaus Transmissora de Energia S.A., constituída em 22 de abril de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Oriximiná/Silves/Lechuga, da subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Lechuga (antes denominada Cariri) 500/230 kV (1.800 MVA), com início das operações previsto para março de 2013 e prazo de concessão de 30 (trinta) anos.

- **Manaus Construtora Ltda.**

19,5% no capital da SPE Manaus Construtora Ltda., constituída em 30 de janeiro de 2009, que tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão de 500 kV Oriximiná/Silves/Lechuga, CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

- **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

24,5% no capital da SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A., constituída em 18 de dezembro de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 600 kV Coletora Porto Velho (RO)/Araraquara 2 (SP), em corrente contínua, da estação retificadora de corrente alternada para corrente contínua 500/600 kV, localizada na subestação Coletora Porto Velho, com capacidade de 3.150 MW, e da estação inversora de corrente contínua para corrente alternada 600/500 kV, localizada na subestação Araraquara 2, com capacidade de 2.950 MW, com início das operações previsto para abril de 2013 e prazo de concessão de 30 (trinta) anos.

- **TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

49% no capital da SPE TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., constituída em 12 de janeiro de 2010, que tem como objetivo social a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da Linha de Transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500 kV, e Aquiraz II, em 230 kV, localizadas no estado do Ceará, com início das operações previsto para julho de 2013 e prazo de concessão do empreendimento de 30 (trinta) anos.

- **Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.**

49% no capital da SPE Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A., constituída em 07 de julho de 2011, que tem por objetivo a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da LT Ceará Mirim – João Câmara II, circuito simples, em 500 kV, com 64 Km; LT Ceará Mirim – Campina Grande III, circuito simples, em 500 kV, com 201 Km; LT Ceará Mirim – Extremoz II, circuito simples, em 230 kV, com 26 Km; LT Campina Grande III – Campina Grande II, circuito simples, em 230 kV, com 8,5 Km; LT Secc. J. Camara II/Extremoz/SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km; LT Secc. C. Grande II/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km ; SE João Câmara II, 500 kV; SE Campina Grande III, 500/230 kV; SE Ceará Mirim, 500/230 kV, e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara II. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos para as instalações de transmissão que comporão a Rede Básica e de 18 (dezoito) anos para as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG. Início das operações previsto para agosto de 2013.

- **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

49% no capital da SPE Interligação Elétrica Garanhuns S.A., constituída em 22 de setembro de 2011, que tem por objetivo a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 Km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 Km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 Km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações está previsto para junho de 2014.

- **Usina de Energia Eólica Junco I S.A.**

49% do capital social da SPE Usina de Energia Eólica Junco I S.A., proveniente do Leilão n.º 007/2011-ANELL realizado em 20 de dezembro de 2011, constituída em 14 de março de 2012, tendo como objeto social a implantação da UEE Junco I, de 30 MW, situado no município de Jijoca de Jericoacoara, no Ceará, com início das operações previsto para janeiro de 2016 e prazo de duração de 20 (vinte) anos.



- **Usina de Energia Eólica Junco II S.A.**

49% do capital social da SPE Usina de Energia Eólica Junco II S.A., proveniente do Leilão n.º 007/2011-ANELL realizado em 20 de dezembro de 2011, constituída em 15 de março de 2012, tendo como objeto social a implantação da UEE Junco II, de 30 MW, situado no município de Jijoca de Jericoacoara, no Ceará, com início das operações previsto para janeiro de 2016 e prazo de duração de 20 (vinte) anos.

- **Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.**

49% do capital social da SPE Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A., proveniente do Leilão n.º 007/2011-ANELL realizado em 20 de dezembro de 2011, constituída em 12 de março de 2012, tendo como objeto social a implantação da UEE Caiçara I, de 30 MW, situado no município de Cruz, no Ceará, com início das operações previsto para janeiro de 2016 e prazo de duração de 20 (vinte) anos.

- **Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.**

49% do capital social da SPE Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., proveniente do Leilão n.º 007/2011-ANELL realizado em 20 de dezembro de 2011, constituída em 13 de março de 2012, tendo como objeto social a implantação da UEE Caiçara II, de 21 MW, situado no município de Cruz, no Ceará, com início das operações previsto para janeiro de 2016 e prazo de duração de 20 (vinte) anos.

c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2012, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas e estão preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BRGAAP*).

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa n.º 4 das suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2012 a Companhia não apresentou efeitos significativos decorrentes de alterações de práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, datado de 26 de março de 2013, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, devem ser submetidas à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4.21, podendo sofrer

alterações até a homologação final dos mesmos.”

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, datado de 07 de março de 2012, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:

“Conforme descrito na Nota 4.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, datado de 28 de abril de 2011, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:

“Conforme descrito na Nota 4.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.”

10.5. Políticas contábeis críticas

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.
As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à

concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.

- **Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público** - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.
- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel no 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução no 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Com base nesta avaliação, a Administração entende que, em 31 de dezembro de 2012, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações financeiras são eficazes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes PricewaterhouseCoopers não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.



10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2012, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Plano de negócios:

a) Investimentos:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2012, teve seu Orçamento de Investimento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.595, de 19/01/2012, revisado pela MP nº 598, de 27/12/2012. A seguir apresentamos demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

Descrição	R\$ mil
	Realização 2012
INFRAESTRUTURA	85.573
Manutenção de bens imóveis	24.283
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	23.041
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	38.249
GERAÇÃO	287.179
Manutenção sistema de geração de energia	138.761
Ciclo combinado da UTE Camaçari	47
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	148.370
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	105.394
TRANSMISSÃO	674.119
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	334.870
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	138.539
Manutenção do sistema da transmissão	161.280
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	39.430
TOTAL GERAL	1.152.264

A Companhia possui previsto em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2013, conforme Projeto de Lei nº 24, de 2012, referente Lei Orçamentária Anual – LOA, aprovada no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, o valor total de R\$ 1.865.871 mil, com as seguintes aplicações:

Descrição	R\$ mil
	Dotação Orçamentária 2013
INFRAESTRUTURA	130.744
Manutenção de bens imóveis	33.979
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	36.137
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	60.628
GERAÇÃO	519.032
Manutenção sistema de geração de energia	173.919
Ciclo combinado da UTE Camaçari	123
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	339.209
Implantação de Parques Eólicos Futuros	1.000
Implantação de parque solar em Petrolina	2.781
Ampliação da capacidade de geração da UHE Itaparica	1.000
Ampliação do sistema de geração de energia (UHE Ribeiro Gonçalves)	1.000
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	142.229
TRANSMISSÃO	1.183.840
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	658.846
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	351.161
Manutenção do sistema da transmissão	171.584
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	2.248
TOTAL GERAL	1.975.845

A prospecção de novos negócios é parte da estratégia da Chesf de expandir seus sistemas de Geração e Transmissão. Durante o ano de 2012, a Companhia participou e obteve sucesso em diversos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

- Leilão nº 002/2012, Lote D, objetivando a construção da LT Camaçari IV/Pirajá, CS, em 230 kV, com 45 km; LT Pituçu/Pirajá, CS, em 230 kV, com 5 km; e a SE Pirajá, em 230/69 kV 360 MVA.
- Leilão nº 003/2012, Lote A, objetivando a construção da SE Mirueira II 230/69 kV 300 MVA; e SE Jaboatão II 230/69 kV 300 MVA;
- Leilão nº 003/2012, Lote B, objetivando a construção da LT Mossoró II/Mossoró IV, CS, em 230 kV, com 40 km; LT Ceará-Mirim II/Touros, CS, em 230 kV, com 56,2 km; LT Russas/Banabuiu C2, CS, com 110 km; e as respectivas entradas de linhas na SE Touros 230 kV e SE Mossoró IV 230 kV;
- Leilão nº 003/2012, Lote C, objetivando a construção da LT Igaporã II/Igaporã III C1, CS, em 230 kV, com 2 km; LT Igaporão II/Igaporã III C2, CS, em 230 kV, com 2 km; LT Igaporã III/Pindaí II, CS, em 230 kV, com 46 km; e as respectivas entradas de linhas na SE Igaporã III 500/230 kV 1.500 MVA e SE Pindaí II 230 kV;

Em 2011, a Companhia participou e obteve sucesso nos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

- Leilão nº 001/2011, Lote A, vencido pelo Consórcio Extremoz, objetivando a construção, da LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km; LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km; LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km; LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km; SE João Câmara II, 500 kV; SE Campina Grande III, 500/230 kV; SE Ceará Mirim, 500/230 kV, e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara

II. A partir desse consórcio, em 07/07/2011, foi constituída a empresa Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. composta pela Chesf, com participação de 49% e pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista com 51%;

- Leilão 001/2011, Lote B, objetivando a construção da LT 230 kV Morro do Chapéu/Irecê C1, com 65 km, com as respectivas entradas de linha na SE Irecê e a da nova SE Morro do Chapéu;
- Leilão 001/2011, Lote C, objetivando a construção da nova LT 230 kV Paraíso/Lagoa Nova C1, com 65 km, seccionamento da LT 230 kV Piripiri/Sobral II C1 para conexão da nova SE Ibiapina, com a construção de 11 km em circuito duplo, das novas SE Ibiapina e SE Lagoa Nova e das entradas de linha nas SE Paraíso, SE Piripiri e SE Sobral II;
- Leilão 004/2011, Lote G, objetivando a construção da LT 230 kV Teresina II/Teresina III C1/C2 de 26 km, da nova SE Teresina III, e de duas entradas de linha na SE Teresina II;
- Leilão 004/2011, Lote H, objetivando a construção da LT 500 kV Recife II/Suape II C2 em 500 kV de 44 km, com as respectivas entradas de linha nas SE Recife II e SE Suape II;
- Leilão 004/2011, Lote I, objetivando a construção da LT 230 kV Sapeaçu/Santo Antonio de Jesus C4 de 31 km, da LT 500 kV Camaçari IV/Sapeaçu C1, de 105 km, e das entradas de linha em 500 kV nas SE Camaçari IV e SE Sapeaçu, entradas de linha em 230 kV nas SE Santo Antônio de Jesus e SE Sapeaçu;
- Leilão 004/2011, Lote L, vencido pelo Consórcio Garanhuns, objetivando a construção da LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. A partir desse consorcio, em 22/09/2011, foi constituída a empresa Interligação Elétrica Garanhuns S.A., composta pela Chesf com participação de 49% e pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista com 51%;
- Leilão 006/2011, Lote B, objetivando a construção de um trecho da LT 230 kV Itagibá/Brumado II de 0,5 km, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Itagibá – Brumado II e a Subestação Poções II; seccionamento da LT 230 kV Jardim/Fafen C1, com a construção de trecho de 0,3 km, para conexão da nova SE Nossa Senhora do Socorro; construção de LT 230 kV Jardim/Nossa Senhora do Socorro C1/C2 de 1,3 km; seccionamento da LT 230 KV Jardim/Penedo C1 com a construção de 5 km, para conexão da nova SE Nossa Senhora do Socorro; construção da LT 230 kV Messias/Maceió II C1/C2, com 20 km; adequação da entrada de linha na SE Brumado II para SE Poções II; adequação de entrada de linha na SE Itagibá para SE Poções II; adequação de 02 entradas de linha na SE Jardim para SE Nossa Senhora do Socorro; adequação de entrada de linha na SE Penedo para SE Nossa Senhora do Socorro; duas novas entradas de linha na SE Poções II e duas na SE Messias, novas SE Poções II, SE Maceió II e SE Nossa Senhora do Socorro;
- Leilão de Geração 07/2011, onde a Chesf com 49%, em parceria com a Voltalia Energia do Brasil Ltda. (1%) e Voltalia S.A. (50%), vendeu a energia a ser gerada pelos parques eólicos Junco I (30,6 MW) e Junco II (30,6 MW), no município de Jijoca de Jericoacoara, Caiçara I (30,6 MW) e Caiçara II (19,8 MW), no município de Cruz, todos no estado do Ceará, com potência total a instalar de 111,6 MW.

Em 2010, a Companhia participou e obteve sucesso nos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

- Leilão de Transmissão 001/2010, obtendo a concessão do Lote G, para a implantação da nova SE Arapiraca III 230/69 kV 100 MVA;
- Leilão de Transmissão 001/2010, obtendo a concessão do Lote H, para a implantação da nova SE Pólo 230/69 kV 100 MVA;
- Leilão de Transmissão 005/2010, obtendo a concessão do Lote F, para a implantação da nova SE Camaçari IV 500/230/13,8 kV 2.400 MVA;
- Leilão de Transmissão 006/2010, obtendo a concessão do Lote A, para a implantação das LT 230 kV Paraíso/Açu II C3 123 km, LT 230 kV Açu II/Mossoró II C2 69 km, LT 230 Extremoz/João Câmara 82 km, e das novas SE Extremoz II 230 kV e SE João Câmara 230/69 kV 360 MVA;
- Leilão de Transmissão 006/2010, obtendo a concessão do Lote B, para a implantação da linha de transmissão LT 230 kV Igarorã/Bom Jesus da Lapa 115 km e da nova SE Igarorã 230/69 kV 300 MVA;
- Leilão de Transmissão 006/2010, obtendo a concessão do Lote C, para a implantação da linha de transmissão LT 230 kV Sobral III/Acaraú II 97 km e da nova SE Acaraú II 230/69 kV 200 MVA;
- Leilão de Geração 06/2009, ocorrido no dia 20/04/2010, para outorga da concessão da UHE Belo Monte, no Rio Xingu/PA, com uma potência a instalar de 11.233 MW, a terceira maior hidrelétrica do mundo, atualmente. Esse certame deu origem à Sociedade de Propósito Específico (SPE) Norte Energia S.A., tendo a Chesf 15% de participação;
- Leilão 07/2010, ocorrido no dia 28/08/2010, específico para contratação de energia proveniente de Fontes Alternativas de Geração. No certame a Chesf habilitou-se a obter a outorga de autorização para implantar o parque eólico Casa Nova, no município de Casa Nova/BA, com uma potência a instalar de 180 MW, o maior do Brasil, de propriedade integral da Companhia;
- Leilão 07/2010, ocorrido no dia 28/08/2010, específico para contratação de energia proveniente de Fontes Alternativas de Geração. Habilitou-se a obter a outorga de autorização para implantação dos parques eólicos Pedra Branca, Sete Gameleiras e São Pedro do Lago, no município de Sento Sé/BA, cada um com potência a instalar de 28,8 MW. Os parques serão implantados em parceria com a Brennan Energia S.A. e a Brennan Energia Eólica S.A., tendo a Chesf 49% de participação em cada um.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2013 serão compostas por: recursos financeiros existentes decorrentes das indenizações, geração de caixa nas suas operações e por financiamentos contratados e a contratar.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento nem previsão para sua realização.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Apenas o descrito no item a).



c) novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

O fator que influenciou de maneira relevante no resultado do exercício de 2012 foi a renovação das concessões da Companhia, objeto da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, cujos efeitos encontram-se em detalhes na nota explicativa nº 2.3 das Demonstrações Financeiras.

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.